



Obras públicas e privadas de grande porte, como a construção de edifícios e rodovias, frequentemente esbarram em sítios arqueológicos ou itens, artefatos e objetos da cultura material de sociedades do passado. Seja por meio de estimativas baseadas na pesquisa acadêmica em arqueologia ou mesmo por ordem do acaso, essas “descobertas” acrescentam dados que auxiliam na compreensão de determinados fenômenos sociais. Eles podem confirmar, ampliar e mesmo questionar o conhecimento previamente estabelecido sobre determinado objeto de estudo. Para a arqueologia e história do antigo Israel e Judá, isso também é válido e, muitas vezes, acrescentam inúmeras possibilidades interpretativas para o pesquisador que, até pouco tempo, dependia exclusivamente das fontes escritas (como a Bíblia Hebraica) para análise.

Essa relação, no entanto, nem sempre foi pacífica. Conforme a arqueologia do Antigo Oriente formava-se como uma disciplina acadêmica, crescia o ramo da chamada “Arqueologia Bíblica” dedicado a submeter as descobertas arqueológicas de escavações no Egito, Levante e Mesopotâmia aos textos bíblicos como uma forma de comprovar este ou aquele texto da narrativa. Como reação, uma segunda tendência emergiu no sentido oposto: buscava-se negar ou recusar completamente o potencial histórico do texto bíblico e sua pertinência para a escrita da história do antigo Israel e Judá por meio da arqueologia. Das oscilações entre esses dois extremos surge uma posição intermediária, a de produzir aquilo que o historiador italiano Mario Liverani denominou como uma *história normal* do antigo Israel e Judá. Com isso, o autor quer dizer que é preciso reconhecer as especificidades de ambas as fontes: do texto bíblico e da cultura material; submetê-las aos processos críticos de apuração, decomposição analítica e, diante do problema de pesquisa colocado, reconstruí-las em seus devidos contextos históricos. O caso do templo de Tel Mozah e as questões suscitadas a partir da escavação deste sítio são um campo fértil para verificar esta proposta.



# O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE TEL MOZAH



Samuel de Barros Gandara

Em 2012, obras de reparo em uma das principais rodovias que liga as cidades contemporâneas de Jerusalém e Tel Aviv esbarraram no sítio arqueológico de Tel Mozah. Identificado a primeira vez entre 1993 e 2002 pela Associação Israelense de Antiguidades — em inglês, IAA —, abria-se a possibilidade de escavar esse sítio até então pouco explorado. A pouco mais de 7 quilômetros de Jerusalém, esse complexo monumental revelava camadas de instalações administrativas, industriais e cúlticas datadas dos séculos X ao VI a.C.

Além da estrutura administrativa, o que mais chamou atenção dos arqueólogos foi a presença de um templo: um altar, vasos rituais, figuras antropomórficas masculinas e zoomórficas, junto de evidências de sacrifício animal. Essa estrutura templária tão próxima de Jerusalém suscita uma série de questões, principalmente pela ausência de qualquer menção a um templo como este próximo de Jerusalém nas evidências textuais.

## LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO DE TEL MOZAH



Fonte: Preparado por Slava Pirskey e reproduzido em KISILEVITZ, Shua; LIPSCHITS, Oded. Tel Moza: An Economic and Cultic Center from the Iron Age II (First Temple Period) In *New Studies in the Archaeology of Jerusalem and its Region*, 2020, p. 295-312.







Na verdade, alguns textos descrevem uma série de medidas centralizadoras, que tentavam fazer de Jerusalém a única cidade para o culto religioso em Judá. Os livros dos Reis apresentam feitos dos reis que se sentaram no trono davídico em Jerusalém. Essa descrição, no entanto, não é um relato neutro da história da monarquia judaíta e possui contornos ideológicos bastante explícitos. De acordo com o relato bíblico, o governo de cada rei era avaliado e julgado segundo a sua aceitação do templo de Jerusalém como único templo legítimo e a sua fidelidade ao culto exclusivo a Javé. Há casos bastante emblemáticos desta lógica, por exemplo o dos reis Ezequias e Josias. Deste último, o texto de 2 Reis 22-23 descreve uma série de medidas reformistas que a partir da guerra religiosa (em hebraico, *herem*) destruiu santuários e altares, expulsou sacerdotes e queimou objetos cúlticos.

Nesse caso, o templo de Tel Mozah revela um quadro bem mais complexo da religiosidade judaíta do que o relato bíblico parece sugerir para o século VII a.C. Isso porque, o templo de Tel Mozah não só tem evidências de pleno funcionamento até o século VI a.C, como possui uma arquitetura e planta bastante comum a outros templos levantinos do mesmo período. Sua construção revela semelhanças inclusive com a planta descrita para o templo de Jerusalém, revelando certa filiação cúltica ou, pelo menos, a legitimidade de ambos os cultos do território judaíta. As fontes arqueológicas nos permitem problematizar ainda mais a visão persistente na historiografia e senso comum de que as reformas do rei Josias são um relato historicamente apurado do monoteísmo da monarquia davídica.





Além disso, Tel Mozah encontrava-se em uma das principais regiões de produção de alimentos do Reino de Judá. As dimensões monumentais de estruturas encontradas no sítio que eram dedicadas à coleta, armazenamento e distribuição da colheita de grãos apontam para a existência de um grupo autônomo que gerenciava o sítio em nível regional, desde o século X até o século VII a.C. Isso reafirma a visão de que, em seus primórdios, a administração do Reino de Judá era composta por inúmeros grupos espalhados pelo seu território relacionados entre si por vínculos de parentesco. Assim, a transição para um modelo mais centralizado no gerenciamento de recursos regionais a partir de uma monarquia em Jerusalém deve ter ocorrido somente a partir do século VIII a.C, contrariando a narrativa preservada no texto bíblico a respeito de um reino forte ainda nos governos de Davi e Salomão no século X a.C.

O estudo de Tel Mozah apresenta novas evidências tanto da organização administrativa quanto das práticas religiosas no contexto da formação do Reino de Judá. Ao mesmo tempo, essas evidências nos permitem retornar ao texto bíblico, fazer novas perguntas e reformular questões de pesquisa. Nesse caso, nos ajuda a compreender como um artefato literário inserido no jogo de fabricação de memória e identidade coletiva, projeta no passado certos temas, preferências e fatos históricos. É preciso, assim, manter ambas as documentações, arqueológicas e literárias, dentro de seus limites e daquilo que elas podem fornecer para escrever a história do antigo Israel e Judá.

**Samuel Gandara é mestre em História Social (FFLCH-USP)**

**Sua pesquisa foi desenvolvida com bolsa FAPESP (nº 2021/13962-1)**

#### Bibliografia (Para saber mais):

GREENHUT, Z.; DE GROOT, A. - Salvage Excavations at Tel Moza—The Bronze and Iron Age Settlements and Later Occupations, Antiquities Authority Reports, n. 39, 2009.

KISILEVITZ, Shua; LIPSCHITS, Oded. - Tel Moza: An Economic and Cultic Center from the Iron Age II (First Temple Period), New Studies in the Archaeology of Jerusalem and its Region, 2020, p. 295-312.

KISILEVITZ, Shua. - Terracotta figurines from the Iron IIA Temple at Moza, Judah, Les Camets de L'ACoST, n.15, 2016.

LIVERANI, Mario. Para além da Bíblia: História antiga de Israel. São Paulo: Edições Loyola, 2008.